

180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO E EXTENSÃO NA DISCIPLINA DE COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA

Rozinaldo Antonio Miani¹, mianirozinaldo@gmail.com

RESUMO

No processo de formação dos estudantes de jornalismo, a prática da extensão pode acontecer tanto a partir do engajamento em projetos de extensão como da realização de atividades vinculadas a determinadas disciplinas curriculares. Nesse último caso, tais atividades de extensão promovem, de maneira importante, a indissociabilidade entre ensino e extensão, como parte da materialização de um dos princípios constitutivos da Universidade brasileira. Nesse sentido, esse artigo apresenta e analisa a experiência da disciplina de Comunicação Popular e Comunitária, ofertada para a terceira série do curso de Jornalismo na Universidade Estadual de Londrina, que garante a possibilidade de os estudantes tomarem contato com organizações sociais locais e contribuírem na realização de processos ou práticas comunicativas que atendam às demandas de tais organizações. No cumprimento dessa disciplina curricular os estudantes têm a possibilidade de produzir uma vivência e de se apropriar de um aprendizado marcado pela experiência da extensão indissociavelmente articulada com o ensino.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação Popular e Comunitária. Universidade Estadual de Londrina. Indissociabilidade. Ensino. Extensão.

1. INTRODUÇÃO

A aplicação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, certamente, um dos maiores desafios enfrentados pelas universidades brasileiras. Nos estatutos e regimentos acadêmicos, bem como nas diretrizes curriculares de cursos e seus respectivos projetos político-pedagógicos, a questão da indissociabilidade têm presença garantida, porém a

¹ Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (Fundação Araucária). Professor Associado do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Vice-coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq). Email: mianirozinaldo@gmail.com



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

materialização desse princípio na prática cotidiana do processo de formação acadêmica não é tão automática, nem tão simples assim. A garantia de sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem requer compromisso político e muito empenho dos sujeitos envolvidos, inclusive, dos gestores acadêmicos.

A construção de um projeto político-pedagógico exige que se compreenda o processo formativo em sua totalidade e complexidade. Não basta o “preenchimento” de itens básicos como objetivo do curso, justificativa, perfil do egresso, estrutura curricular, dentre tantos outros. É preciso que se compreenda, antes de tudo, a função e o papel da Universidade na sociedade - e não em qualquer sociedade, mas na “nossa” sociedade, marcada por suas histórias e heranças - e o sentido político que se deve atribuir à formação acadêmico-universitária - muito além da formação profissional, atuando, fundamentalmente, na formação social e política, em suma, na formação humana.

Além disso, ao elaborar um projeto político-pedagógico de curso é preciso seguir as determinações das respectivas diretrizes curriculares, bem como considerar todos os preceitos constitucionais referentes às universidades e, nesse sentido, deve-se obedecer “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, conforme determina o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Porém, como efetivar esse princípio na prática cotidiana da oferta de um curso de graduação? E como isso ocorre no caso específico do curso de Jornalismo na Universidade Estadual de Londrina?.

Sabemos que não temos condições de responder a essas perguntas com a amplitude necessária. Cabe-nos, tão somente, apresentar uma reflexão a respeito da experiência que vem sendo desenvolvida no contexto de uma das disciplinas curriculares do referido curso e que tem contribuído de maneira importante para materializar a indissociabilidade entre ensino e extensão. Trata-se da disciplina de Comunicação Popular e Comunitária, ofertada para os



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

estudantes da terceira série do curso de Jornalismo na Universidade Estadual de Londrina, e que tem proporcionado a possibilidade de vivenciar experiências “extensionistas” junto a organizações sociais locais.

Para tanto, apresentaremos breves considerações acerca da questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio constitutivo da Universidade brasileira, bem como das especificidades em relação às atividades de pesquisa, ensino e extensão, para, na sequência, apresentar as principais características históricas e estruturais da disciplina de Comunicação Popular e Comunitária e analisar algumas experiências desenvolvidas pelos estudantes no contexto de oferta da referida disciplina e do respectivo processo de formação acadêmico-universitário.

2. O PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE: UM DESAFIO E UMA META

Desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), quando foi estabelecido formalmente como uma exigência, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se apresenta como um grande desafio para as universidades brasileiras e, ao mesmo tempo, uma meta a ser atingida.

Não devemos negligenciar as disputas e os debates que se estabelecem em relação ao papel das universidades perante a sociedade brasileira - principalmente, as universidades públicas - e à função do ensino superior, porém é preciso considerar que essas instituições, nos desdobramentos do processo de reabertura democrática pós ditadura civil-militar (1964-1985), assumiram novas demandas, dentre as quais, “o maior diálogo com distintos setores da sociedade, a produção de conhecimentos socialmente relevantes e a formação acadêmica articulada com demandas sociais e pesquisa” (GONÇALVES, 2015, p.1229).



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

Essas novas demandas associadas, principalmente, à tarefa de proporcionar uma formação profissional especializada nas mais diversas áreas, passou a constituir a missão da Universidade, que se consolidou a partir do “tripé” ensino, pesquisa e extensão, “o que não necessariamente constitui a implementação do princípio da indissociabilidade na formação acadêmica e nas ações docentes e institucionais” (GONÇALVES, 2015, p.1229).

A indissociabilidade no âmbito da Universidade implica articulação e prática dialéticas voltadas para a consolidação de um determinado projeto de Universidade e de um determinado sentido de produção de conhecimento e de formação humana. Segundo Gionara Tauchen,

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo (TAUCHEN, 2009, p.93).

Considerando as reflexões e posições defendidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos princípios que fundamentam o “padrão unitário de qualidade” no setor público e privado. Segundo o documento da referida entidade sindical,

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem no planejamento de ações institucionais e nos interesses da maioria da sociedade (ANDES, 2013, p.50).

Nesse sentido, reconhecendo e assumindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio acadêmico, é necessário demarcar



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

brevemente a especificidade de cada uma dessas funções da Universidade para podermos apresentar e analisar as experiências vinculadas à disciplina de Comunicação Popular e Comunitária ofertada na Universidade Estadual de Londrina.

3. AS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE: PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

Sem pretender apresentar, aprofundar e refletir sobre a complexidade de cada uma das funções da Universidade, tomaremos como parâmetro, principalmente, as reflexões apresentadas por Iliria François Wahlbrinck e Luci Mary Duso Pacheco (2015), que estabelecem suas reflexões a partir da perspectiva da indissociabilidade. Sendo assim, para definir a pesquisa, as referidas autoras consideram que se trata de:

[...] toda atividade voltada para a solução de problemas, como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade. [...] Na universidade, compreende-se a Pesquisa enquanto princípio científico e acadêmico, formando matéria prima do conhecimento, considerada atividade fundamental do ensino, da promoção e difusão do conhecimento e das ações e programas de extensão. A pesquisa, função básica da universidade, objetiva promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e difusão da cultura, em perfeito entrosamento com o ensino e a extensão. A pesquisa visa a produção de conhecimento novo, fidedigno, teórico e com relevância social. Com a evolução do pensamento epistemológico, a pesquisa como 'busca da verdade' foi substituída pela pesquisa como tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Assim, o pesquisador passa a ser um intérprete da realidade pesquisada, capaz de demonstrar a fidedignidade e a relevância teórico-social do conhecimento produzido. Assim, a pesquisa na universidade garante o suporte às atividades de ensino e de extensão, consolida grupos e redes, sustenta a pós-graduação e a produção intelectual, realimenta e qualifica a extensão universitária (WAHLBRINCK; PACHECO, 2015, p.64).

Além disso, para refletir sobre a questão da pesquisa, não poderíamos deixar de nos referirmos a Pedro Demo para quem “[...] a pesquisa exige diálogo



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

crítico com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de interpretação” (DEMO, 1996, p.128), reconhecendo-a, ainda, como um processo que perpassa toda a vida acadêmica.

No que se refere ao ensino, a questão central passa pelo compromisso com a formação para a autonomia. A esse respeito, a professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, afirma: “Para o processo de ensino e de aprendizagem ser significativo para o indivíduo como homem, profissional e cidadão, deve ter um compromisso com a preparação do aluno para autonomia intelectual, emocional, social, cultural, política e profissional” (PEREIRA, 2015, p.2). Ou seja, acreditamos que os processos de ensino-aprendizagem que conformam a função do ensino das universidades não devem se restringir à formação profissional, mas antes, devem estar comprometidas com o processo de produção do conhecimento voltado para a formação humana.

Além disso, para Wahlbrinck e Pacheco,

O ensino, na universidade, corresponde à organização curricular das disciplinas. São os conteúdos, saberes e conhecimentos dinamizados pela atuação do professor em sala de aula. Pode ser identificado como a concretização de um conjunto sistematizado de atividades pedagógicas com orientação formativa para a cidadania. Ele pode ser considerado estímulo para ampliação dos conhecimentos sendo, também, a formação acadêmica básica, suporte teórico para fundamentar a pesquisa e a extensão. Assim, o ensino transcende aspectos do mercado, formando profissionais além de competentes, conscientes. [...] Ou seja, capacitados para atuar criticamente em vista das questões políticas e sociais. Então, o ensino transcende aspectos do mercado e tem, como objetivo, formar profissionais competentes no âmbito técnico e científico, mas também conscientes (WAHLBRINCK; PACHECO, 2015, p.65).

Por fim, a respeito da extensão universitária, Wahlbrinck e Pacheco afirmam que é por meio desse processo que a universidade “dá e recebe” conhecimento, reconhecendo que se trata de um processo educativo, cultural e



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

científico e que possibilita a articulação entre ensino e pesquisa. Além disso, a extensão possibilita a produção e a socialização do conhecimento para além dos muros das universidades, configurando uma práxis mediadora entre a Universidade e a sociedade. Nessa mesma direção, afirmam as referidas autoras:

A extensão universitária é um processo que vai até a sociedade, aos diversos segmentos sociais, a fim de estender o produto do ensino e o produto da pesquisa gerados no âmbito acadêmico. Ao mesmo tempo, nessa mesma acepção, a extensão universitária caracteriza-se como um processo que traz para a universidade tanto os problemas quanto os conhecimentos gerados nos mais variados segmentos da sociedade. [...] A extensão universitária é uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a universidade leva conhecimento e/ou assistência à comunidade e recebe, dela, influxos positivos como retroalimentação, tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e, também, aprendendo com o saber dessas comunidades. Existe uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade. Assim, a universidade, através da Extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade; possibilita uma troca de valores e de saberes entre a universidade e o meio. Extensão é processo educativo, cultural, científico que articula Ensino e Pesquisa de forma indissolúvel e viabiliza uma relação transformadora entre Universidade e sociedade, levando a instituição aos diversos segmentos sociais: entidades governamentais, setor privado, comunidade, movimentos sociais e público consumidor de conhecimentos, artes e esportes (WAHLBRINCK; PACHECO, 2015, p.66).

Conforme Adriana Medeiros Farias (2017) foi no I Encontro dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1987, que a extensão universitária passou a ser concebida como um processo educativo, cultural e científico integrante de uma relação indissociável com o ensino e a pesquisa, viabilizando uma relação transformadora entre Universidade e sociedade. Essa concepção consta de documento oficial e foi assim definida:



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

A extensão é via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p.11).

De todas as funções da Universidade esta é, certamente, a que demanda ainda mais esforços por parte dos sujeitos políticos inseridos no âmbito da Universidade para intensificação e consolidação de sua importância estratégica, pois segundo Adriana Farias, “a extensão permanece como campo de disputa de projetos societários, deslocando a Universidade ora para o cumprimento da sua função social, ora entregando os conhecimentos nela produzidos para o atendimento dos interesses privados da burguesia” (FARIAS, 2017, p.7).

4. A EXPERIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA

Desde o final da década de 1990, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) vem se constituindo e se consolidando como uma referência para os estudos na área da Comunicação Popular e Comunitária (MIANI; DELIBERADOR, 2002). No ensino, tanto na graduação como na pós-graduação, essa especificidade da comunicação tem espaço consolidado.

Na graduação, os cursos de Jornalismo (terceiro ano), de Relações Públicas (segundo ano) e também de Serviço Social (quarto ano) têm a Comunicação Popular e Comunitária como disciplina curricular regular. Na pós-graduação *lato sensu*, desde 2002 está em atividade o curso de especialização em Comunicação Popular e Comunitária, que já se encontra em sua 16ª edição. Mais recentemente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, o Programa de



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

Mestrado em Comunicação da UEL passou por uma importante reformulação e incorporou em uma de suas linhas de pesquisa a especificidade da Comunicação Popular e Comunitária, inclusive, com a criação de uma disciplina exclusiva para estudar e debater a referida área.

Na pesquisa e na extensão, considerando que essas duas funções da Universidade se traduzem, principalmente, por meio da realização de projetos acadêmicos formais, a Comunicação Popular e Comunitária também vem sendo desenvolvida com bastante intensidade, notadamente, a partir de nossa própria produção. Faz-se necessário destacar os diversos processos de orientação acadêmica, tanto na graduação como na pós-graduação - inclusive, em projetos de iniciação científica -, que foram e vem sendo desenvolvidos ao longo de quase duas décadas.

Para promover uma articulação mais orgânica de todas as ações desenvolvidas em torno da Comunicação Popular e Comunitária na UEL, em 2004 foi criado o Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP) no Diretório de Grupos do CNPq. Além de promover o encontro de pesquisadores, de estudantes e de lideranças populares interessados na temática viabilizando a socialização das experiências, o Núcleo também tem realizado grupos de estudo e organização de eventos. Nesse último caso, destacamos o Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária; no segundo semestre de 2019, será realizada a quinta edição do referido Simpósio.

É nesse contexto que destacamos, especificamente para os propósitos dessa reflexão, a experiência da disciplina de Comunicação Popular e Comunitária ofertada para os estudantes do terceiro ano do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina.



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

Em outra oportunidade, fizemos uma reflexão sobre a natureza da disciplina de Comunicação Comunitária ² como uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social:

No caso do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina, destacamos a contribuição, no âmbito do ensino, da disciplina Comunicação Comunitária como um dos espaços privilegiados de tensionamento das concepções e valores sociais e políticos voltados para a perspectiva de uma formação crítica e emancipadora do sujeito social (MIANI, 2014, p.269).

Na mesma ocasião, também apresentamos a nossa convicção de que as experiências empírico-práticas desenvolvidas no contexto da disciplina de Comunicação (Popular e) Comunitária ofereciam a possibilidade de o estudante vivenciar uma intervenção social como um “importante momento no processo de formação sociopolítica” (MIANI, 2014, p.280).

É com base nessas premissas e nessas convicções que vimos intensificando o trabalho de promoção de intervenção social dos estudantes junto às mais diversas organizações sociais, como parte constitutiva dos objetivos formativos da disciplina de Comunicação Popular e Comunitária (ensino) combinado com o compromisso sociopolítico da atuação da universidade junto à sociedade (extensão).

A título de exemplificação, iremos apresentar e comentar duas experiências desenvolvidas com os estudantes do curso de Jornalismo no contexto da referida disciplina. A primeira delas é a atuação junto ao Núcleo Londrina do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e a segunda é a atuação com o Centro de Referência Especializado de Assistência

² Na estrutura curricular do curso de Jornalismo até 2015, o título da disciplina era apenas “Comunicação Comunitária”, passando a ser nomeada de “Comunicação Popular e Comunitária” a partir da construção do novo projeto político-pedagógico derivado das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo. Considerando que a disciplina compõe a estrutura curricular do terceiro ano, a primeira oferta com a nova nomeação só ocorreu em 2018, porém, pelo menos desde há 10 anos, o programa da disciplina já estava plenamente adequado às perspectivas teórico-metodológicas do que temos construído como Comunicação Popular e Comunitária.



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

Social (CREAS-2) de Londrina. Porém, antes, será necessário apresentar, brevemente, a dinâmica da disciplina.

No terceiro ano do curso, os estudantes de jornalismo cumprem a disciplina de Comunicação Popular e Comunitária, que é uma disciplina anual e que consta de uma carga horária teórica e uma carga horária prática ³. Durante os primeiros meses, são abordados diversos temas e conteúdos referentes a essa área específica com o propósito de os estudantes compreenderem os fundamentos e os pressupostos teórico-políticos da Comunicação Popular e Comunitária. A partir de então, as turmas são divididas em grupo e os estudantes partem, concomitantemente à continuidade das discussões teóricas, para a realização de uma experiência prática.

As organizações ou movimentos sociais, ou ainda os grupos populares com quem as experiências serão realizadas já estão previamente decididos e os estudantes começam a se integrar na dinâmica de tais organizações para que, gradativamente, possam compreender as características dos grupos e das atividades em que irão se envolver. Esse momento de aproximação permite, além de uma sensibilização, uma tomada de consciência a respeito de realidades das quais, muitas vezes, são completamente desconhecidas dos estudantes.

O contato com essas realidades já produz nos estudantes mudanças importantes na compreensão da macro-conjuntura sociopolítica em que estão inseridos e, em muitos casos, um despertar para um compromisso político com as respectivas causas sociais envolvidas. É possível afirmar, ainda, que ocorre um movimento, mesmo que limitado, de reconhecimento dos conhecimentos produzidos e/ou apropriados durante a disciplina nos contextos da realidade vivenciada. É o produto do ensino agregando “substância” a partir da realidade

³ Até o ano de 2017, a disciplina de Comunicação Comunitária - vinculada ao antigo projeto pedagógico - tinha 75 horas, sendo 30 horas teóricas e 45 horas práticas. Na nova estrutura curricular, a disciplina de Comunicação Popular e Comunitária é constituída de 60 horas teóricas e foi criada a disciplina Práticas Laboratoriais em Comunicação Popular e Comunitária com 30 horas práticas.



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

concreta e, dialeticamente, intervindo na realidade oferecendo substância para compreendê-la de maneira mais crítica e qualificada. Esse é o sentido da práxis educativa que se materializa na indissociabilidade entre o ensino e a extensão.

A esse respeito, e corroborando com as reflexões apresentadas por Márcia Colamarco Ferreira Resende, Lucimar Magalhães de Albuquerque, Tatiane dos Reis Moreira e Brenda Kelly Nunes de Oliveira Borges (2017) a respeito da importância da “curricularização das práticas de extensão” a partir da inserção de tais práticas em disciplinas curriculares regulares e não na criação de disciplinas (dicotomizadas) que tratem especificamente da extensão universitária, acreditamos que:

A importância da extensão universitária integrada a essas disciplinas se dá pelo desenvolvimento do senso crítico e reflexivo de alunos e professores, que é despertado na relação do conteúdo apreendido frente a uma comunidade real. Dessa forma, a extensão funciona como engrenagem propulsora do ensino, trazendo para a sala de aula questões atuais e reais da sociedade para serem problematizadas na IES (RESENDE; ALBUQUERQUE; MOREIRA; BORGES, 2017, p.95).

Nesse contexto e diante dessa reflexão, vejamos a primeira experiência a ser apresentada e comentada. Desde 2013, estamos acompanhando a atuação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) - Núcleo Londrina. A partir de uma aproximação política com as lideranças do movimento, estabelecemos uma parceria no sentido de contribuir com a criação, produção e acompanhamento de um material comunicativo para o movimento. Estimulando sempre um processo participativo por parte dos integrantes da sua direção e da base, o MNPR-Londrina decidiu pela produção de um boletim informativo impresso. Foi criado o boletim *Marquise* e, desde então, os estudantes do curso de Jornalismo têm atuado no sentido de contribuir no processo de produção do referido material comunicativo.



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

Já se passaram ao menos cinco turmas de estudantes acompanhando e contribuindo na produção do jornal *Marquise*. Algumas turmas e/ou alguns estudantes apresentaram um maior engajamento, principalmente, quando a própria dinâmica do movimento se mostrou mais estimulante e com maior capacidade de organização e atuação.

Oferecer formação e orientações sobre como realizar uma entrevista ou como organizar a produção de um texto, além de promover uma discussão coletiva das pautas e dos enfoques de cada uma das matérias a serem publicadas no boletim *Marquise* (sob a perspectiva da Comunicação Popular e Comunitária), tudo isso sendo socializado e construído coletivamente com as lideranças do MNPR-Londrina e, eventualmente, com as próprias pessoas em situação de rua que acompanhavam as reuniões do movimento, materializa, na prática, a indissociabilidade entre ensino e extensão.

A outra experiência a ser apresentada e comentada foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS-2) de Londrina. Trata-se de um serviço prestado pelo município de Londrina no âmbito da Assistência Social que oferece proteção e acompanhamento social de adolescentes e jovens inseridos em medida sócio-educativa, determinada judicialmente. Segundo a página oficial da Prefeitura de Londrina na internet, o objetivo do programa é “criar condições para superar o comprometimento do adolescente com a prática do ato infracional através de ações sócio-educativas, efetivada pelo atendimento técnico, acompanhamento, orientação e auxílio temporário” (LONDRINA, 2019).

Na perspectiva de cumprimento do objetivo do programa, alguns técnicos da equipe do CREAS-2 fizeram contato conosco para avaliarmos a possibilidade de desenvolvermos atividades comunicativas com os adolescentes inseridos em medida sócio-educativa. Imediatamente, diante da demanda social apresentada,



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

colocamos a disciplina de Comunicação Popular e Comunitária à disposição para a realização de tais atividades.

Nesse sentido, nos últimos três anos, foram organizados grupos de estudantes de jornalismo para atuarem no CREAS-2 com os adolescentes submetidos às medidas sócio-educativas. A produção radiofônica foi a atividade decidida e, como desdobramento de tal decisão, os estudantes ofereceram oficinas de rádio para os adolescentes e acompanharam a preparação e a produção de pequenas gravações relacionadas aos temas escolhidos pelos próprios adolescentes, sob orientação e supervisão da equipe técnica, composta por assistentes sociais e psicólogos.

Conhecer a realidade desses adolescentes e a dinâmica de funcionamento da política pública voltada para o atendimento desse segmento social, bem como despertar para as possibilidades de atuar com a comunicação nesse contexto, colocando o conhecimento produzido e apropriado durante o processo formativo universitário a serviço de um grupo social marcado pela vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, aprender com esses sujeitos que é necessário considerar suas especificidades para desenvolver uma ação comunicativa que se valha pelo sentido do “socialmente necessário” é proporcionar a indissociabilidade entre ensino e extensão.

Essas são apenas algumas das experiências produzidas no contexto da disciplina de Comunicação Popular e Comunitária ofertada para os estudantes de jornalismo na Universidade Estadual de Londrina na perspectiva de realizar a indissociabilidade entre ensino e extensão, preconizada como um princípio acadêmico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

No âmbito de suas funções sociais e institucionais, a aplicação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se apresenta como um dos principais desafios para a Universidade brasileira. O estabelecimento de ações específicas em cada uma dessas funções é apenas uma forma de praticá-las, mas desenvolver ações orgânicas e integradas entre elas é, certamente, o grande desafio.

Ainda que de modo parcial e insuficiente, algumas experiências vêm sendo praticadas no sentido de enfrentar tal desafio. Esse é o caso da disciplina de Comunicação Popular e Comunitária ofertada para os estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina. Trata-se de uma disciplina curricular, portanto, inserida no contexto do ensino de graduação, mas que desenvolve como um de seus objetivos intrínsecos a intervenção social, própria da natureza da extensão universitária. Nesse sentido, reconhecemos que, em alguma medida, essa disciplina potencializa e materializa a indissociabilidade entre ensino e extensão.

Procuramos neste artigo, apresentar algumas reflexões a respeito desse debate e, como exemplificação, comentar algumas experiências produzidas por estudantes de jornalismo no contexto da referida disciplina. Certamente, haveria possibilidade e necessidade de ampliar a reflexão sobre essas experiências, bem como apresentar e analisar outras experiências desenvolvidas; porém, considerando os limites para a produção desse artigo, deixamos essa tarefa para outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

ANDES. Proposta do Andes-SN para a universidade brasileira. 4.ed. [atualizada e revisada]. **Cadernos Andes**, Brasília/DF, n.2, janeiro/2013.



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, 5 out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 fev. 2019.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DIEHL, Bianca Tams; TERRA, Elisa Lübeck. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Rev. Humanidades**, Fortaleza/CE, v.28, n.2, p.166-185, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/6488/5240>. Acesso em 08 fev. 2019.

FARIAS, Adriana Medeiros. Universidade e MST: diálogo em construção. **Anais**. II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, Londrina/PR, 04 a 07 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134540.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.

FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília/DF: UnB, 1987. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 08 fev 2019.

FORPROEX. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus/AM, maio 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-PoliticaNacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis/SC, v.33, n.3, p.1229-1256, set./dez. 2015.

LONDRINA. **Serviço de Proteção Social a Adolescentes - CREAS 2**: Sobre. Londrina/PR, Prefeitura de Londrina, 2019. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1044&limitstart=1. Acesso em 26 fev. 2019.

MAZZILLI, Sueli; MACIEL, Alderlândia da Silva. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010. Caxambú. **Anais**. Caxambú/MG: Anped, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/QMJgAR>. Acesso em 08 fev. 2019.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre/RS, UFRGS, v.02, n.25, p.221-233, 2011.



180 Encontro Nacional de Professores de Jornalismo

MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social. **Intercom - RBCC**, São Paulo/SP, v.37, n.1, p.265-282, jan./jun. 2014.

MIANI, Rozinaldo Antonio. DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita. Comunicação Popular e Comunitária: um campo em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 25, 2002. Salvador. **Anais**. Salvador/BA: Intercom, 2002.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. Docência na universidade ultrapassa preparação para o mundo do trabalho. **Ensino Superior Unicamp**, Campinas/SP, v.16, p.1-12, 2015.

RESENDE, Márcia Colamarco Ferreira; ALBUQUERQUE, Lucimar Magalhães de; MOREIRA, Tatiane dos Reis; BORGES, Brenda Kelly Nunes de Oliveira. A curricularização das práticas de extensão na PUC Minas. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, Belo Horizonte/MG, v. 1, n.2, p.88-103, 2017.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WAHLBRINCK, Iliria François; PACHECO, Luci Mary Duso. Extensão universitária: possibilidade de práxis libertadora pela ética do cuidado. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria/RS, v.19, n.1, Ed. Especial, p.61-69, 2015.

